

DEMOCRACIA VIRTUAL E CIBERCULTURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE INTELIGÊNCIA COLETIVA DE PIERRE LÉVY

VIRTUAL DEMOCRACY AND CYBERCULTURE: AN ANALYSIS BASED ON PIERRE
LÉVY'S CONCEPT OF COLLECTIVE INTELLIGENCE

Leonardo Delatorre Leite¹

Giovanna Bolletta Perez²

Gerson Leite de Moraes³

Data de submissão: 5 de setembro de 2024

Data de aceite: 18 de junho de 2025

Resumo: O presente trabalho se propõe, por meio da pesquisa descritiva e bibliográfica, a elucidar os principais elementos da chamada “democracia virtual”, conceito fundamental no pensamento do filósofo francês Pierre Lévy. A partir das noções de inteligência coletiva, ciberespaço e cibercultura, o autor supramencionado apresenta uma visão otimista em relação ao desenvolvimento de novos espaços comunicativos e dos dispositivos informacionais no aperfeiçoamento dos valores e princípios democráticos. Em vista disso, será apresentado um panorama dos principais argumentos do pensador em questão para a defesa das potencialidades do ciberespaço na maximização do autogoverno, do participativismo e da comunicação da comunidade consigo mesma. A constituição de coletivos inteligentes se encontra no fundamentos “democracia virtual”, também conhecida como “democracia em tempo real”, que envolve, em suas dimensões fulcrais, o amplo desejo pela transparência por parte dos cidadãos, a deliberação coletiva, o autodeterminação e, por fim, a valorização das qualidades humanas.

¹ Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa CAPES / PROSUC Mod. II. Graduando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em História pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista PIBIC- CNPq (2018-2020). Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do grupo de pesquisa "Religião, Memória e Cultura" (Orientado pelo prof. Dr. Gerson Leite de Moraes) do CEFT (Centro de Educação, Filosofia e Teologia da UPM).

² Doutoranda (bolsa mérito da UPM) e Mestre (bolsa CAPES/PROSUC Mod. II) em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduanda em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Estagiária docente das disciplinas de Direito Eleitoral e Organização do Estado e Separação dos Poderes da Faculdade de Direito da mesma instituição. Membro dos grupos de pesquisa "Políticas Públicas como Instrumento de Efetivação da Cidadania", "Direito e Desenvolvimento Sustentável", "Direito, Sociedade e Concepções de Justiça" e "Memória e Justiça de Transição". Advogada. Membro da Comissão da Jovem Advocacia da OAB/SP.

³ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas/SP - (IFCH/UNICAMP - 2014) e Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (PUCSP - 2008). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP (PUCCAMP - 2003). Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - (FFLCH/USP - 2021/2023). Licenciado em História pela ASMEC/UNAR(1996/2010). Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul/Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP (1999/2006). Atualmente realizo Pesquisa de Pós-Doutorado na área de História Antiga, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari no IFCH/UNICAMP, além disso, sou Professor Doutor Adjunto I da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP.

Fundamentada sob as metodologias de abordagens dedutiva e crítico-analítica, a presente pesquisa descritiva foi construído com a utilização de fontes bibliográficas.

Palavras-chave: Democracia virtual. Pierre Lévy. Inteligência coletiva. Ciberespaço. Cibercultura.

Abstract: This paper proposes, through descriptive and bibliographic research, to elucidate the main elements of the so-called "virtual democracy", a fundamental concept in the thought of the French philosopher Pierre Lévy. From the notions of collective intelligence, cyberspace and cyberculture, the aforementioned author presents an optimistic vision in relation to the development of new communicative spaces and informational devices in the improvement of democratic values and principles. In view of this, an overview of the main arguments of the thinker in question will be presented for the defense of the potential of cyberspace in maximizing self-government, participativism, and the communication of the community with itself. The constitution of intelligent collectives can be found in the fundamentals of "virtual democracy", also known as "real-time democracy", which involves, in its core dimensions, a broad desire for transparency on the part of citizens, collective deliberation, self-determination and, finally, the valorization of human qualities. Based on the methodologies of deductive and critical-analytical approaches, this descriptive research was constructed using bibliographic sources.

Keywords: Virtual democracy. Pierre Lévy. Collective intelligence. Cyberspace. Cyberculture.

1. Introdução

As temáticas referentes ao desenvolvimento do ciberespaço e das implicações das redes digitais na vida social ocupam uma posição de destaque nas reflexões filosóficas e sociológicas contemporâneas. Assuntos como proteção de dados, liberdade de informação, dependência tecnológica e manipulação das consciências pela propaganda midiática estão intimamente ligados com as relações entre a influência crescente da integração digital e da multimodalidade nas atividades humanas e a cultura.

Em vista disso, o presente artigo abordará, por meio da pesquisa descritiva e bibliográfica, as conexões entre o ciberespaço e a democracia, mais especificamente na chamada "democracia virtual", sobretudo, com o intuito de avaliar os impactos das redes digitais na esfera de realização da intersubjetividade humana e do exercício dos direitos fundamentais. O referencial teórico foi construído, primordialmente, a partir dos escritos do filósofo francês Pierre Lévy, autor que encara a chamada "cibercultura" e a expansão da integração digital com um certo otimismo não-ingênuo. O conceito de inteligência coletiva, em Lévy, é crucial, pois reflete a visão positiva do pensador na capacidade da internet de promover a dinamização da interação comunitária para a produção de saberes e para a autodeterminação humana. Em última instância, a postura otimista do pensador em relação ao potencial

emancipatório do ciberespaço reside no grande apreço aos elementos que constituem a inteligência coletiva.

Para Pierre Lévy, a cibercultura tipifica um conjunto de técnicas, valores e atividades associadas diretamente ao desenvolvimento do ciberespaço, um espaço de comunicação favorecido pela interconexão mundial dos computadores. Por sua vez, esse espaço comunicativo serve como suporte para a inteligência coletiva, cuja essência reside no compartilhamento comunitário de informações e na produção ativa de saberes pelos indivíduos integrados digitalmente. Dessa forma, a inteligência coletiva, desde que guiada corretamente, apresenta uma capacidade para melhorar a democracia e as relações humanas. A compreensão segundo a qual a inteligência coletiva, amplamente distribuída por todos os lugares e colocada em sinergia em tempo, fomenta uma mobilização contínua das competências pessoais e favorece valorização das qualidades humanas foi crucial para uma concepção positiva da relação do ciberespaço, enquanto mediador essencial dos coletivos inteligentes, e a democracia

Nesse sentido, será realizada uma exposição, a partir dos textos e da visão de Pierre Lévy, acerca da legitimidade da ideia de “democracia virtual” e das potencialidades positivas das redes digitais no aperfeiçoamento do regime democráticos e de seus princípios elementares. Desse modo, será realizada uma apresentação dos argumentos de Lévy em relação a um otimismo em relação à digitalização e virtualização da informação na realização humanística da política e do participativismo em prol da autonomia e da autodeterminação dos cidadãos.

2. Cibercultura e ciberespaço

Numa primeira análise, cabe a apresentação de uma definição teórica de ciberespaço apresentada por Pierre Lévy, qual seja: “um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92). O termo engloba não somente o aspecto material da comunicação digital, isto é, sua infraestrutura, como também a complexidade informacional nele contida e os homens que navegam nas redes digitais. Ademais, é premente destacar que, na concepção do autor supracitado, o computador representa uma “máquina universal”, um operador da digitalização e virtualização da informação, uma espécie de catalisador de mudanças e produção de signos. Trata-se, em última instância, de um instrumento de mediação entre as redes digitais e os seres humanos. Diante disso, afirma Guaracy Carlos da Silveira:

Batizado de “máquina universal” pelo autor, o computador é concebido para imitar o comportamento de qualquer outra máquina, e sendo assim, é multimodal. Recebe não apenas o problema que deve resolver, mas também a descrição codificada da máquina

capaz de resolvê-lo, descrição esta reduzida à transcrição de seu quadro de instruções. Em outras palavras, ele é uma matriz de máquinas. Gerador de respostas para problemas sempre que lhe apresentarmos uma questão com os parâmetros pelos quais o problema possa ser resolvido. Atua como gerador de signos (SILVEIRA, 2019, p. 32).

Antes de adentrar propriamente nas funcionalidades do ciberespaço e das mudanças advindas da interconexão mundial de computadores, Lévy discorre sobre o caráter dinâmico da cibercultura, as nuances do novo espaço comunicativo e as relações entre o homem, a técnica e as tecnologias. Conforme destacado anteriormente, o conceito de cibercultura dialoga com a noção de ciberespaço e compreende “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17). Sob essa perspectiva, o pensador afirma que a cibercultura não é algo estático, necessariamente atrelada ao surgimento da internet, ao seu aparato físico e técnico. O próprio ciberespaço é fruto de um movimento social típico da cibercultura, visto que o computador pessoal foi desenvolvido numa conjuntura própria, caracterizada pelo desejo dos jovens de estruturação de novos fundamentos e olhares para a informática, sobretudo, com o intuito de uma “revolução social”. As redes digitais, por sua vez, estão associadas, em suas origens, a um movimento da juventude escolarizada das metrópoles e aos seus anseios em prol de uma comunicação recíproca. Desse modo, “a compreensão da dinâmica da cibercultura e da lógica do ciberespaço muda o modo de perceber certos conceitos e o que eles de fato podem representar para o futuro da humanidade” (BEUTLER; TEIXEIRA; 2015, p. 515). É a partir do entendimento supramencionado que o autor realiza suas ponderações acerca de um otimismo em relação às tecnologias e do desenvolvimento da integração digital.

Em relação às técnicas e tecnologias, Lévy procura romper com uma visão essencialmente negativa construída pela teoria crítica. Para o autor, reiterar um discurso pautado tão somente pelos “impactos da tecnologia” representa uma prática equivocada, que desconsidera a complexidade das atividades humanas e das nuances sociais. As técnicas não são alheias aos fenômenos sociais, visto que elas são “imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o seu próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal” (LÉVY, 1999, p. 21). Destarte, a tecnologia não é um ator autônomo, isolado da sociedade, externo a ela e que, “enquanto um projétil”, causa impactos na cultura, no modo de vida dos indivíduos. Nesse sentido, a técnica tipifica uma perspectiva, uma análise dos sistemas sociotécnicos globais, que atribui um destaque para a realização artificial e material dos fenômenos humanos e, portanto, não pode ser reduzida a uma entidade

independente, pois todas as atividades dos homens envolvem uma interação entre pessoas vivas, entidades materiais naturais e artificiais e, por fim, ideias e representações. Trata-se de um laço indissolúvel. “As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre “a” tecnologia (que seria ordem de causa) e “a” cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre muitos atores humanos, que inventam, utilizam (...) de diferentes formas as técnicas” (LÉVY, 1999, p. 23).

Além disso, o autor afirma que a tecnologia deve ser encarada como um fator condicionante da sociedade e não como um elemento determinante. Conforme destacado anteriormente, a técnica deve ser analisada a partir da interação entre os elementos que constituem as atividades humanas. Como as realizações dos homens envolvem diversos aspectos constitutivos, não é possível afirmar que um aspecto isolado é capaz de determinar o todo. Portanto, a técnica, que não existe como entidade autônoma e separada, não pode ser qualificada como um fator de determinação social. Afinal, “uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada, não determinada” (LÉVY, 1999, p. 25). Como uma entidade não autônoma, a técnica não é boa ou má em si mesma, tampouco neutra, visto que são os projetos que exploram suas virtualidades e o uso que dela fazemos que podem ser qualificados como bons ou maus. Diante da digitalização, existem duas alternativas, quais sejam: ou o virtual se vincula integralmente às mídias de massa, ao espetáculo e ao consumo de informação mercantil, ou os indivíduos, ao assumirem a responsabilidade moral, se esforçarem em prol do desenvolvimento do ciberespaço de forma humanística, mais democrática, em vista do participativismo genuíno e do bem comum⁴.

Lévy almejava o uso da rede como laço social, devir da humanidade, de caminhos a serem trilhados para uma evolução social. De fato, considerava que as novas técnicas de comunicação criam bases para os laços sociais (...) Sem ter a ilusão de que tudo que é feito nas redes digitais seja bom, o autor propunha apenas que permanecêssemos abertos, benevolentes e receptivos em relação à novidade (SILVEIRA, 2019, p. 45).

Diante do exposto, o pensador francês segue suas reflexões acerca do ciberespaço enquanto “uma imensa comunidade desterritorializada, que se forma pela conexão dos computadores” (SILVEIRA, 2019, pp. 38-39). Trata-se de um espaço em constante mutação, um universo caracterizado pelo fluxo de informações e possibilidades indefinidas. A expressão rede digital representa os meios físicos de conexão utilizados pelos indivíduos, mas tais meios

⁴ Para Lévy, as técnicas de comunicação digital não possuem o intuito de substituição do homem, mas de elaboração e dinamização de coletivos interligados e inteligentes. “A informática e as técnicas de comunicação digital não têm por finalidade substituir o homem, mas sim promover a construção de coletivos inteligentes nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um podem se desenvolver e se ampliar de maneira recíproca” (SILVEIRA, 2019, p. 56).

não esgotam a magnitude do ciberespaço. Enquanto a rede digital está vinculada a um processo de cristalização e materialização dos traços físicos do tecido global dos dispositivos digitais, o ciberespaço é qualificado pela fluidez, vinculada “à mutação, aos aspectos intangíveis da constante troca dos membros constituintes da rede planetária de dispositivos digitais, e ao universo formado pela rede das redes” (SILVEIRA, 2019, p. 40).

Ademais, para um entendimento mais amplo das nuances do ciberespaço⁵, é preciso uma compreensão dos seguintes traços, a saber: a virtualização, a digitalização, os hiperdocumentos e, por fim, o horizonte de unimídia multimodal. Para Lévy, a universalização da cibercultura, enquanto associada ao espaço de comunicação de interconexão dos computadores, potencializa a co-presença das mensagens de volta ao seu contexto de produção como nas sociedades orais, favorecendo, assim, a interação de pontos do espaço físico, social ou informacional. Desse modo, a tendência de universalização é complementar ao processo da virtualização. Num primeiro momento, cabe ressaltar o caráter polissêmico da palavra “virtual”, que pode ser entendida a partir de três sentidos: o usual/comum, o filosófico e, por fim, o técnico. Em relação ao primeiro, trata-se de uma utilização banal e ordinária, que associa o virtual ao ilusório. Na acepção propriamente filosófica, trata-se de uma visão intimamente ligada à distinção entre potência e ato. Existir em ato significa existir como ser puramente realizado e acabado, ao passo que potência representa possibilidade. Nesse campo semântico, o virtual é “aquilo que existe apenas em potência e não em ato” (LÉVY, 1999, p. 47). Dessa forma, o virtual representa um aspecto importante da realidade e não se opõe ao real, mas ao atual, ou seja, a uma existência completa e acabada.

A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular (LÉVY, 1996, pp. 17-18).

Na concepção supramencionada, o virtual tipifica uma fonte de atualizações, uma “entidade desterritorializada”, com potencialidade para geração de inúmeras manifestações concretas em diversos lugares e instantes. “O ciberespaço, assim, fundamenta-se na desterritorialização do texto, da economia, das finanças, do trabalho, do mercado, da arte,

⁵ Para Pierre Lévy, são funcionalidades do ciberespaço: acesso à distância aos diversos recursos de um computador, fornecendo uma potência de cálculo em tempo real; a transferência de arquivos; o correio eletrônico; as conferências eletrônicas; os mundos virtuais multivisionários; o hiperdocumento compartilhado e, por fim, os sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo.

enfim, da experiência humana em suas várias representações” (NOTAGIACOMO; SIQUEIRA; 2000, p. 187). Desse modo, o virtual não pode ser fixado, de forma determinada, em um coordenada espaço-temporal.

Lévy entende que a virtualização é o movimento pelo qual se constitui e permanece a espécie humana. Sua abordagem difere daquela de autores críticos, como Baudrillard e Virilio, na medida em que apresenta a virtualização como algo pertencente ao mundo humano. Sua abordagem também é distinta da visão espetacular que os meios de comunicação geralmente mostram sobre o virtual (NOTAGIACOMO; SIQUEIRA; 2000, p. 184).

Nas palavras de Lévy (1999, p. 48), “o virtual existe sem estar presente”. Em vista disso, pode-se afirmar que a cibercultura, enquanto um conjunto de práticas no interior do ciberespaço, se relaciona com a virtualização tanto direta quanto indiretamente. Diretamente no sentido de que os códigos de computadores são propriamente virtuais, pois não dependem de coordenadas espaço-temporais. “No centro das redes digitais, a informação certamente se encontra fisicamente situada em algum lugar, em determinado suporte, mas ela também está virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja pedida” (LÉVY, 1999, p. 48).

No sentido indireto, o aperfeiçoamento da integração digital potencializa outras formas de virtualização que não estão necessariamente ligadas ao processo de digitalização da informação⁶. Com a crescente universalização da cibercultura, a comunicação tem desenvolvido uma tendência de virtualização já iniciada com outras técnicas, como a escrita, o rádio e a gravação de som e imagem. O ciberespaço favorece uma forma de relacionamento que não depende propriamente de espaços geográficos e da sincronia temporal, ou seja, trata-se do desenvolvimento da comunicação à distância e assíncrona. Diante dos fatos supracitados, percebe-se que o ciberespaço continua a crescente virtualização socioeconômica.

Um outro traço abordado por Lévy acerca do fenômeno de crescente virtualização da sociedade é a temática dos hipertextos, também chamados de hiperdocumentos. Numa primeira análise, é premente destacar que os chamados “hipertextos” representam uma oposição aos textos lineares em razão da estruturação em rede. Diferentemente dos textos lineares, os hiperdocumentos são constituídos por nós (elementos informacionais, páginas, gráficos,

⁶ “Digitalizar uma informação consiste em traduzi-la em números. Quase todas as informações podem ser codificadas desta forma. Por exemplo, se fizermos com que um número corresponda a cada letra do alfabeto, qualquer texto pode ser transformado em uma série de números” (LÉVY, 1999, p. 50). Virtualização implica necessariamente desmaterialização? Num determinado sentido, a digitalização, enquanto uma série de números, é uma descrição, mas a descrição em si mesma exige um suporte físico para subsistir: “ocupa uma porção determinada do espaço, requer um material de inscrição, todo um maquinário que custa e pesa, necessita de uma certa energia física para ser gravada e restituída” (LÉVY. 1999, p. 54).

imagens, traços musicais) e por links, que exercem uma função integrativa, possibilitando a passagem entre os “nós”, isto é, as partes integrantes dos hipertextos.

O hipertexto é constituído de nós entrelaçados por conexões. Cada um dos nós pode ser construído por diferentes mídias (palavras, imagens, gráficos, sons e mesmo por outros hipertextos) (...) O hipertexto está em constante mutação. Por seu dinamismo interno, oferece infinitas configurações a quem o consulta, gerando um metatexto fluido e caleidoscópico (...) O hipertexto pode ser interessante para o trabalho de equipe, pois contribui para a organização, a argumentação, a criação, a discussão e o planejamento de forma coletiva (NOTAGIACOMO; SIQUEIRA; 2000, pp. 187-188).

Diante dos fatos supracitados, pode-se afirmar que, em última instância, o hiperdocumento potencializa a virtualização do texto e favorece um mecanismo de escrita-leitura coletiva, viabilizando a sinergia de competências para o aprimoramento do conhecimento e para a circulação comunitária de informações. Ademais, um aspecto eminente do ciberespaço, além da virtualização e do hipertexto, reside no horizonte de unimídia multimodal. Pierre Lévy afirma que as inovações das redes digitais não estão na falsa noção de “multimídia”, mas nas mudanças oriundas dos dispositivos informacionais e comunicacionais. Para a construção do pensamento supracitado, o autor traça uma distinção conceitual entre: mídia, modalidades receptivas, tipos de representação, codificação, dispositivo comunicacional e dispositivo informacional.

A mídia expressa o veículo da mensagem, isto é, o suporte da comunicação⁷. O rádio, a televisão, a internet e o impresso são exemplos de mídias. Por sua vez, o processo de recepção da mensagem engloba distintas modalidades receptivas, ou seja, os sentidos utilizados para a devida captação da informação. Visão, audição, tato, odor, gosto e cinestesia representam as modalidades receptivas. Os tipos de representações são diversos, a saber: línguas, músicas, fotografias, desenhos, imagens animadas, símbolos, dança, dentre outros. A codificação consiste basicamente no princípio referente ao sistema de gravação e de transmissão das informações da mensagem e se divide em dois tipos: o analógico e o digital. O dispositivo informacional nada mais é do que a estruturação da mensagem, ou seja, a modalidade referente às interações e relações entre os elementos de informação. Em termos gerais, os dispositivos supramencionados podem ser divididos em mensagens lineares, mundos virtuais e informação em fluxo. O ciberespaço ocasionou o surgimento dos dois últimos tipos. Nos mundos virtuais, as informações são disponibilizadas em um espaço contínuo no qual o explorador ou o seu

⁷ “Para Lévy, o sentido da comunicação humana não é o de transmitir partículas de informação, mas sim causar estados de inquietação na rede contextual, visto que a informação não é transmitida, uma vez que já estava presente lá (...) Ao relacionar comunicação e cultura, Lévy força uma compreensão dos processos de comunicação para além da simples troca de partículas de informação, propondo o conceito de um sistema de relações interpessoais” (SILVEIRA, 2019, p. 55).

representante estão imersos (princípio da imersão). Diante disso, um videogame pode ser caracterizado como um mundo virtual.

Em relação ao dispositivo de informação em fluxo, trata-se de “um estado contínuo de modificação, dispersos entre memórias e canais interconectados que podem ser percorridos, filtrados e apresentados ao cibernauta de acordo com suas instruções” (LÉVY, 1999, p. 62). Diante dos fatos supracitados, pode-se afirmar que os dispositivos informacionais não dependem diretamente da mídia, da modalidade perceptiva ou dos tipos de representações.

Por fim, o dispositivo comunicacional engloba as interações entre os participantes do processo de comunicação. É possível uma distinção entre três grandes tipos dos dispositivos supramencionados, a saber: um-todos, um-um e todos-todos. A categoria um-todos envolve o rádio, a televisão e a imprensa, visto que precisam de um centro emissor responsável pelo envio das mensagens aos telespectadores passivos. Por sua vez, o correio e o telefone possibilitam o tipo um-um, dentro do qual a reciprocidade entre os interlocutores é nítida. Não obstante, o ciberespaço, enquanto um dispositivo comunicativo comunitário e interativo, favorece a relação todos-todos.

A nova instância de comunicação, imediata e universal, desprovida de centro e em si global, permite que se compreenda o processo de comunicação humana em nova perspectiva. Se antes os dispositivos técnicos potencializavam a comunicação, o ciberespaço agora a modifica. Se cinema, rádio, jornal e televisão, permitiam a um ator falar para muitos, a comunicação- entendida como a troca- não existia porque ela é unilateral (...) O ciberespaço, de fato, possibilita uma comunicação entre grandes números de atores, a comunicação todos-todos (...) a hipótese levantada por Lévy é a de que a cibercultura leva a co-presença das mensagens de volta a seu contexto, como ocorria nas mensagens orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da autossuficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência de significação (SILVEIRA, 2019, pp. 68-69).

Os dispositivos comunicacionais favorecem a construção, de forma cooperativa, de um contexto comum por parte das comunidades, garantindo, assim, a interação entre todos os seus integrantes por meio de mensagens contínuas. Desse modo, Lévy reitera a concepção supramencionada, qual seja: o dispositivo comunicacional não está vinculado necessariamente às modalidades receptivas e aos modos de representação da informação. Nesse sentido, afirma o autor: “são os novos dispositivos informacionais (mundos virtuais, informações em fluxo) e comunicacionais (comunicação todos-todos) que são os maiores portadores de mutações culturais” (LÉVY, 1999, p. 63). Destarte, não é a conjunção de texto, imagem e som que representa a fonte das mudanças significativas, ou seja, o ponto chave das transformações não está na vaga noção de “multimídia”. Importante destacar que originalmente o termo “multimídia” era usado para expressar a combinação de dois ou mais suportes e veículos de

comunicação. A utilização acima destacada é correta em razão da definição de “mídia” enquanto suporte comunicativo ou veículo da mensagem. Não obstante, a expressão atualmente designa duas tendências notáveis dos sistemas comunicativos, quais sejam: a multimodalidade e a integração digital. Quando geralmente as pessoas se referem a uma “multimídia”, na verdade, fazem alusão a um horizonte de unimídia multimodal, intimamente relacionada com o ciberespaço, sobretudo pelo seu potencial de interconexão e integração. O horizonte de unimídia multimodal representa “a constituição progressiva de uma estrutura de comunicação integrada, digital e interativa” (LÉVY, 1999, p. 65) e destaca a eminência dos dispositivos informacionais nas novas modificações tecnológicas.

Finalizadas as ponderações acerca dos principais aspectos do ciberespaço, Lévy discorre acerca da essência da cibercultura, a saber: o universal⁸ sem totalidade. Numa primeira análise, é premente retomar a concepção segundo a qual a cibercultura reside num conjunto de práticas e no complexo de modos de pensamento intimamente ligados com o desenvolvimento do ciberespaço. Conforme destacado anteriormente, a virtualização e a crescente digitalização favorecem um processo de universalização, cuja expansão não implica um fenômeno de totalização. A ausência do “totalizável” é expresso, sobretudo, na carência de uma linha diretiva e de um centro irradiador de significados. Nesse sentido, afirma o autor:

Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna “universal”, e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual a for a carga semântica das entidades relacionadas (...) O ciberespaço se constrói em sistema de sistemas, mas, por esse mesmo fato, é também o sistema do caos (LÉVY, 1999, p. 111).

Lévy ressalta que, diferentemente do ciberespaço e do potencial de desenvolvimento democrático pela cibercultura, as mídias de massas são caracterizadas pelo universal totalizante, fenômeno iniciado com a escrita e com a análise das mensagens a partir do respeito e da consideração total ao seu contexto de origem, primordialmente, com o intuito de preservar o significado, o sentido derradeiro. As mídias de massas, enquanto centradas na comunicação um-todos, necessitam de um centro emissor e da passividade dos telespectadores. Em última instância, as mídias supramencionadas são estruturadas de forma a “encontrar o denominador comum mental de seus destinatários” (LÉVY, 1999, p. 116). É com a interconexão e a criação

⁸ A noção de “universalidade” consiste na ideia de “humanidade”, da “presença (virtual) da humanidade em si mesma” (LÉVY, 1999, p. 121). Desse modo, o ciberespaço não viabiliza uma cultura do universal em razão do traço planetário, ou seja, pelo fato de estar em toda parte, mas em razão de sua vinculação a uma ideia de humanidade, do conjunto dos seres humanos.

das comunidades virtuais que o universal se separa da instância da totalidade ao favorecer, primordialmente, uma generalização da integração digital, caracterizada pela heterogeneidade, pelas múltiplas fontes de informação e pela criação de sinergias de diversas competências individuais. Destarte, ao viabilizar uma relação dinâmica entre as épocas, as opiniões, os diferentes pontos de vista e das diversas concepções de legitimidade, a cibercultura promove a universalização sem o quesito da homogeneização associado à totalidade (unidade de sentido, “conjunção estabilizada do sentido de uma pluralidade”). Enfim, “a cibercultura (...) mostra precisamente que existe uma outra forma de instaurar a presença virtual da humanidade em si mesma (o universal) que não seja por meio da identidade do sentido (a totalidade)” (LÉVY, 1999, p. 121).

Tendo em vista o exposto, o autor avança em suas reflexões destacando e elucidando os princípios elementares do ciberespaço, ou melhor, o programa da cibercultura, a saber: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Todos os elementos que constituem o projeto da cibercultura estão relacionados, de forma efetiva, com o conceito de inteligência coletiva e democracia eletrônica, temas que serão abordados posteriormente. Para fins didáticos, a exposição do presente tópico pode ser resumida a partir de duas definições teóricas essenciais para a compreensão do pensamento de Pierre Lévy, o ciberespaço e a cibercultura. Em termos gerais, o ciberespaço, suporte e mediador principal da inteligência coletiva, consiste numa comunidade “desterritorializada”, originada da interconexão mundial dos computadores. Trata-se de um universo interativo entre os integrantes da rede, composto de “redes computadorizadas, das informações contidas nessas redes e da inteligência ou imaginação daqueles que por ela navegam” (SILVEIRA, 2019, p. 181). A cibercultura engloba a forma de conhecimento fruto das integração digital e das interações entre operadores comunicativos no interior do espaço virtual. “A cibercultura pode ser definida como o resultado da interação humana, das máquinas e das tecnologias mediadas pela película digital” (SILVEIRA, 2019, p. 182).

3. Inteligência Coletiva

Para Pierre Lévy, a inteligência coletiva representa um processo constante de trocas de informações e saberes sociais, bem como uma otimização das competências numa dimensão próxima do global. Trata-se de um fenômeno que abarca uma série de nuances, dentre as quais “a valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja sua diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe” (LÉVY, 1999, p. 167).

A inteligência coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados. O saber está na humanidade e todos os indivíduos podem oferecer conhecimento; não há ninguém que seja nulo nesse contexto. Por essa razão, o autor afirma que a inteligência coletiva deve ser incessantemente valorizada. Deve-se procurar encontrar o contexto em que o saber do indivíduo pode ser considerado valioso e importante para o desenvolvimento de um determinado grupo (BEMBEM; SANTOS, 2013, p. 142).

Conforme destacado anteriormente, o virtual não pode ser fixado em uma determinada coordenada espaço-temporal. Nesse sentido, o virtual tipifica uma “entidade desterritorializada”. Desse modo, o ciberespaço, caracterizado pelo crescente fenômeno da virtualização e da propagação da digitalização, favorece uma integração entre os indivíduos independentemente das localidades geográficas, potencializando, assim, uma “desterritorialização da informação”, atuando, por conseguinte, como um suporte, ou melhor, um mediador essencial da inteligência coletiva.

Ademais, o projeto global da inteligência coletiva reside na promoção da primazia do saber como elemento crucial, isto é, como infraestrutura das relações humanas. Segundo o pensador francês, “o núcleo da engenharia do laço social é a economia das qualidades humanas” (LÉVY, 2003, p. 32). Desse modo, o aspecto determinante para a efetivação das conexões sociais não seria o pertencimento a um lugar, o aspecto geográfico ou a identificação com uma ideologia específica, mas sim a capacidade de compartilhamento dos saberes pessoais, visto que as identidades seriam ditadas pelas identidades do saber, do saber coextensivo à vida (BEMBEM; SANTOS, 2013, p. 143). Tais relações pautadas pela competência⁹ (compreendida em sentido complexo) se encontram intimamente ligadas com o Espaço do saber, ainda em construção e que não goza de uma plenitude total. O projeto da inteligência coletiva envolve necessariamente uma perspectiva de integração e coordenação, principalmente no tocante ao quesito de estímulo ao compartilhamento de informações.

O problema da inteligência coletiva é descobrir ou inventar um além da escrita, um além da linguagem tal que o tratamento da informação seja distribuído e coordenado por toda a parte, que não seja mais o apanágio de órgãos sociais separados, mas se integre naturalmente, pelo contrário, a todas as atividades humanas, volte às mãos de cada um. Essa nova dimensão da comunicação deveria, é claro, permitir-nos

⁹ Para Pierre Lévy (2003, p. 26), a inteligência coletiva é “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Diante do exposto, é importante ressaltar que o pensador francês não reduz a complexidade das competências aos saberes oficiais e eminentemente teóricos. Desse modo, atesta o autor: “os saberes oficialmente válidos só representam uma ínfima minoria dos que hoje estão ativos (...) Na era do conhecimento, deixar de reconhecer o outro em sua inteligência é recusar-lhe sua verdadeira identidade social, é alimentar seu ressentimento e sua hostilidade, sua humilhação, a frustração de onde surge a violência. Em contrapartida, quando valorizamos o outro de acordo com o leque variado de seus saberes, permitimos que se identifique de um modo novo e positivo, contribuimos para mobilizá-lo, para desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, conseqüentemente, a implicação subjetiva de outras pessoas em projetos coletivos” (LÉVY, 2003, p. 27).

compartilhar nossos conhecimentos e apontá-los uns para os outros, o que é condição elementar da inteligência coletiva (LÉVY, 2015, p. 15).

Diante dos fatos supracitados, é premente afirmar a centralidade do conceito de inteligência coletiva para Pierre Lévy no aperfeiçoamento e aprimoramento dos laços sociais, da sinergia de competências e da evolução democrática a partir de uma perspectiva humanística. Apesar de suas potencialidades, o projeto supracitado é um campo aberto de novos problemas e pesquisas práticas, mas cujos benefícios, frutos de um bom uso das redes digitais e das técnicas, implicam uma melhoria qualitativa das diversas dimensões da realidade social. “O ideal de inteligência coletiva implica a valorização técnica, econômica, jurídica e humana de uma inteligência distribuída por toda a parte” (LÉVY, 2003, p. 27).

Além disso, os projetos de busca e de efetivação por uma inteligência distribuída por toda a parte e coordenada em tempo real engloba uma série de aspectos, quais sejam: ético, econômico, tecnológico, político e estético. Todos os quesitos supramencionados dialogam com o núcleo da engenharia do laço social, a saber: a economia das qualidades humanas. Em vista disso, Pierre Lévy estabelece os determinantes essenciais, o macropsiquismo da inteligência coletiva. Trata-se, basicamente, de quatro dimensões complementares: uma conectividade, uma semiótica, uma axiologia e uma energética. No íntimo do macropsiquismo, as atividades envolvem a ação sobre a conectividade, sobretudo, pela formação de redes, difusão e filtragem de informações, abertura de portas e a garantia da segurança do conjunto (exércitos, governos, serviços sociais e comunicações); a criação de representações e imagens; a evolução das linguagens e a dinamização dos signos; transformação ou manutenção de valores e afetos sociais e, por fim, alterações e deslocamentos da intensidade dos afetos atrelados a determinados elementos representativos em circulação (publicidade, comércio, meios de comunicação). Desse modo, a interação é constante na vastidão das dimensões presentes do mega psiquismo coletivo, qualificado, de forma efetiva, por uma interconexão universal.

Todo acontecimento participa em maior ou menor grau, de modo molecular, do conjunto desses aspectos da vida do mega psiquismo coletivo, mesmo aqueles que não registrados em nenhuma transação mercantil. Cada um, a todo instante, contribui para o processo da inteligência coletiva. Uma vez mais, para uma economia do virtual, que aceita explicitamente esse quadro de pensamento, mesmo o consumo é produtor (...) Qualquer ato humano é um momento do processo de pensamento e de emoção de uma mega psiquismo fractal e poderia ser valorizado e até remunerado enquanto tal (LÉVY, 1996, p. 69).

Conforme já destacado anteriormente, a interconexão e a criação das comunidades virtuais, ao lado da inteligência coletiva, compreendem o programa da cibercultura. Para o processo de integração digital, a conexão é melhor, em termos qualitativos, do que o isolamento, visto que a conexão tipifica um bem em si. Ademais, o horizonte técnico da cibercultura, em

última instância, é representado pela comunicação universal¹⁰: “cada computador do planeta, cada aparelho, cada máquina, do automóvel à torradeira, deve possuir um endereço na internet” (LÉVY, 1999, p. 127). Em vista disso, pode-se afirmar que o desenvolvimento do ciberespaço implica o avanço de uma civilização caracterizada pela telepresença generalizada, por uma “humanidade em um contínuo sem fronteiras (...) um universal sem contato” (LÉVY, 1999, p. 127).

O segundo projeto da cibercultura é uma extensão da própria interconexão. Trata-se da criação de comunidades virtuais, construídas a partir do compartilhamento de interesses comuns, conhecimentos coletivos e projetos baseados no mutualismo em prol de soluções cooperativas, independentemente do quesito geográfico e dos aspectos propriamente institucionais. O fortalecimento das comunidades virtuais não implica o desaparecimento dos encontros físicos e da responsabilidade individual pelas ações particulares. A horizontalidade dos laços sociais construídos em rede, na concepção de Lévy, estão distantes de uma concepção puramente instrumental das redes digitais. Por certo, não há uma imunidade absoluta em relação às manipulações e enganações, mas a suspensão total dos enganos também não é possível nas comunidades territoriais.

Para aqueles que não as praticam, esclarecemos que, longe de serem frias, as relações online não excluem as emoções fortes. Além disso, nem a responsabilidade individual, nem a opinião pública e seu julgamento desaparecem no ciberespaço. Enfim, é raro que a comunicação por meio de redes de computadores substitua pura e simplesmente os encontros físicos: na maior parte do tempo, é um complemento ou um adicional (...) as comunidades virtuais exploram novas formas de opinião pública (...) o desenvolvimento das comunidades virtuais acompanha, em geral, contatos e interações de todos os tipos (LÉVY, 1999, pp. 128-129).

Para o autor francês, a comunidade virtual é qualificada como uma inteligência coletiva em potencial, sendo que o ciberespaço pode ser caracterizado como o suporte ou mediador essencial da organização de coletivos inteligentes, autônomos e dinâmicos, marcados pela atuação cooperativa e colaboração contínua de seus integrantes em prol da solução de problemas. “Um grupo humano qualquer só se interessa em constituir-se como comunidade virtual para aproximar-se do ideal do coletivo inteligente, mais rápido, mais capaz de aprender e de inventar do que um coletivo inteligentemente gerenciado” (LÉVY, 1999, p. 130). Desse modo, Pierre Lévy atribui um papel eminente para a inteligência coletiva, sobretudo, no desenvolvimento do ciberespaço em prol das potencialidades humanas, da emancipação, da

¹⁰ Cf. HUITEMA, Christian. *Et Dieu créa l'Internet*. Paris: Eyrollers, 1996.

interação contínua e da autodeterminação. Nesse sentido, a inteligência coletiva constitui a materialização técnica dos valores da modernidade.

A inteligência coletiva é uma inteligência variada, distribuída por todos os lugares, constantemente valorizada, colocada em sinergia em tempo real, que engendra uma mobilização otimizada das competências. Assim como a entendo, a finalidade da inteligência coletiva é colocar os recursos de grandes coletividades a serviço das pessoas e dos pequenos grupos- e não o contrário. É, portanto, um projeto fundamentalmente humanístico, que retoma para si, como os instrumentos atuais, os grandes ideais de emancipação da filosofia das luzes (LÉVY, 1999, pp. 199-200).

Apesar da grande ênfase no potencial emancipatório da formação de coletivos inteligentes, o autor francês reconhece a existência de uma série de críticas ao desenvolvimento do ciberespaço e destaca cinco argumentações constantemente utilizadas em prol de uma depreciação do projeto da inteligência coletiva, a saber: a visão mercantilista do ciberespaço, a crítica da dominação, a crítica da substituição, a crítica do totalitarismo e o sistema das mídias de massa. Em relação ao ideal mercantilista, que analisa as redes digitais como espaços dominados pelos grandes atores econômicos e operadores de telecomunicações interessados tão somente na venda e no mercado, Lévy argumenta fervorosamente por uma compreensão segundo a qual o devir da cibercultura não é passível de controle integral em razão, principalmente, da diversidade e multiplicidade de atores, projetos e interpretações em conflito. Ademais, os pequenos produtores e consumidores podem se beneficiar da transparência do cibermercado. O projeto humanístico da inteligência coletiva, que fomenta uma economia dos conhecimentos e qualidades humanas, não se resume a uma primazia dos grandes centros de poder econômico. Em relação a um entendimento das redes digitais como um sistema das mídias de massa, o escritor francês afirma que, em última instância, o ciberespaço é o oposto das mídias supracitadas, especialmente, pela dinamização da colaboração coletiva e da integração comunitária empreendida pela interconexão mundial dos computadores. “O ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional, na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (LÉVY, 1999, p. 203). O caráter dinâmico e o ambiente de integração comunitária também podem ser utilizados como argumentos contrários a um entendimento do ciberespaço como um instrumento de eventuais posturas totalitárias. Ademais, a cibercultura, marcada pelo universal sem totalidade, é diametralmente oposta ao fenômeno de “totalização” dos regimes totalitários. Quanto ao entendimento segundo o qual a expansão do ciberespaço implica a substituição das atividades territoriais e presenciais pelas funcionalidades digitais, Lévy retoma a noção de articulação entre comunidades virtuais e comunidades territoriais.

O desenvolvimento da telefonia levou a uma diminuição dos contatos face a face e a uma recessão dos transportes? Não, muito pelo contrário. Devemos repetir que o desenvolvimento do telefone e do automóvel se deram em paralelo e não em detrimento um do outro. Quanto mais telefones eram instalados, mais crescia o tráfego urbano. É verdade que existe uma relação de substituição já que, se a rede telefônica entrasse em pane na sua cidade, você veria provavelmente um maior engarrafamento (...) Contudo, a tendência histórica é a do crescimento simultâneo dos instrumentos de telecomunicação e de transporte (...) os usuários do ciberespaço são em sua maioria jovens, com diplomas universitários, vivendo em cidades, estudantes, professores (...) ora, esse tipo de população é justamente uma das mais móveis e mais sociáveis. (LÉVY, 1999, p. 213)

Diante dos fatos supracitados, resta um destaque, de forma categórica, aos elementos cruciais que constituem a essência da inteligência coletiva, a saber: uma inteligência distribuída por todos os lugares, a coordenação das inteligências em tempo real, a mobilização das competências e, por fim, uma economia das qualidades humanas. O autor francês atribui uma grande importância ao papel dos coletivos inteligentes no desenvolvimento da democracia em tempo real, a democracia virtual.

4. A democracia virtual

A defesa de Pierre Lévy em prol de uma democracia virtual apresenta como fundamentação um otimismo em relação ao potencial emancipatório do ciberespaço e da mobilização contínua de competências promovida pela inteligência coletiva. Não obstante, antes de adentrar especificamente nas relações entre a cibercultura e os princípios democráticos, é premente uma breve elucidação das principais teorias acerca da democracia.

Numa primeira análise, é importante ressaltar a polissemia e a qualidade plurissemântica relacionadas à palavra “democracia”. Nesse sentido, não é possível uma definição clara, exata e singular do conceito de democracia¹¹. Discorrer sobre democracia é abordar a história de um conceito¹². Desse modo, conforme ressalta Reinhart Koselleck¹³, a grande questão reside na promoção de uma investigação histórica sobre os conceitos, a chamada “historicidade conceitual”, atrelada ao processo de contextualização linguística. Ademais, atesta Nietzsche (GM, II, 13): “só é definível aquilo que não tem história”.

[...] o [...] fato de a democracia possuir uma história extensa de cerca de vinte e cinco séculos acabou por contribuir para a confusão e o desacordo, visto que, nesse período,

¹¹ Para o historiador John Dunn, democracia não corresponde necessariamente a uma forma específica de governo. Discorrer sobre democracia é explicar a história de um conceito. Cf. DUNN, John. *A história da democracia: Um ensaio sobre a libertação do povo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

¹² O pensador francês Pierre Rosanvallon desenvolveu a chamada “Teoria da Indeterminação democrática”, segundo a qual os significados de democracia variam conforme as condições e situações históricas particulares. Cf. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

¹³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*. Tradução por Markus Hediger. Rio de Janeiro. RJ: Editora Contraponto, 2020.

a democracia significou coisas diversas, cada época a redefiniu. Durante longo tempo desapareceu na prática, sobrevivendo apenas como uma ideia, mais como objeto de debate filosófico do que sistema político real. (CADEMARTORI, 2011, p. 290)

É sabido que o surgimento da democracia remonta ao período da Antiguidade Clássica na cidade-estado de Atenas. O ideal democrático ateniense estava vinculado a uma concepção de valorização da participação política e da unidade do político. Não obstante, o participativismo convivia com uma visão hierarquizada da sociedade, que excluía das nuances da vida política os estrangeiros, as mulheres e os escravos. Apesar disso, a ênfase na cidadania como uma participação política genuína foi imprescindível para a constituição dos valores que caracterizam os elementos centrais e comuns de compreensão de democracia. Para Aristóteles¹⁴ (2009, p. 80), o exercício da cidadania está intimamente ligada com a fruição do direito de administrar a justiça, do cumprimento de deveres para com a cidade e da possibilidade do exercício de cargos públicos. Diante dos fatos supracitados, pode-se afirmar que o entendimento ateniense de democracia engloba o participativismo e o exercício efetivo de cidadania como traços cruciais. Além disso, conforme destaca Pierre Hadot¹⁵, outro elemento constitutivo da visão grega é o valor da “formação de si”, “o progresso espiritual”, o desenvolvimento das potencialidades individuais em harmonia com o bem comum.

Na Antiguidade, as críticas ao regime democrático adquiriram uma predominância nas obras platônicas e em sua defesa da chamada “sofocracia” e da “monarquia do rei filósofo”, ou seja, de um governo centrado no domínio dos homens que contemplaram as formas eternas, perfeitas e imutáveis. Trata-se de uma compreensão fundamentada na noção de que o bom funcionamento da sociedade exige a governança dos sábios, visto que a justiça genuína, enquanto forma ideal, só é contemplada pelos homens sábios. Platão se vincula a uma “aristocracia dos filósofos”¹⁶. Diante disso, destaca Richard Romeiro Oliveira:

Com efeito, a contestação de Platão à democracia pode ser compreendida como um prolongamento e uma radicalização dos referenciais teóricos que nortearam a reflexão ética levada a efeito por Sócrates, a qual possuía um caráter visceralmente

¹⁴ O regime político ideal proposto por Aristóteles é a chamada *Politeia*. Nas palavras de Strauss (2016, p. 51), trata-se da “forma de vida enquanto viver junto, o modo de viver da sociedade e em sociedade, tendo em vista que esse modo depende de maneira decisiva da predominância da sociedade por seres humanos de um determinado tipo (...) o regime significa simultaneamente a forma de vida de uma sociedade, seu estilo de vida, seu gosto moral, forma de sociedade, forma de Estado, forma de governo e espírito das leis”.

¹⁵ Cf. HADOT, Pierre. *Elogio da filosofia antiga*. Tradução Flávio Fontenelle Loque e Loraine Oliveira. São Paulo: Loyola, 2012.

¹⁶ O filósofo austríaco Karl Popper caracteriza o projeto político de Platão como uma forma de “totalitarismo primitivo”. Nesse sentido, atesta o pensador supracitado: “(...) acredito que o programa político de Platão, longe de ser superiormente moral ao totalitarismo, identifica-se com ele. Creio que as objeções contra este ponto de vista se baseiam num preconceito enraizado e antigo em favor de um Platão idealizado” (POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1987, p. 101).

intelectualista. Assumindo, realmente, a existência de uma unidade profunda entre o pensar e o agir, Sócrates julgava, contra a moralidade aristocrática tradicional, que a excelência (*areté*) da práxis encontrava-se substancialmente subordinada à orientação cognitiva fornecida pelo saber ou pelo conhecimento (*episteme*). A ideia socrática fundamental quanto a esse ponto parece ser a de que em qualquer atividade humana, para se alcançar a excelência, é preciso, antes de tudo, conhecer o bem relativo à ação que se pretende realizar, o que indicaria que não há, efetivamente, virtude sem conhecimento. (OLIVEIRA, 2014, p. 31)

Com base no entendimento aristotélico da *Politeia* e na visão platônica de uma aristocracia de filósofos, os pensadores medievais se aproximaram, em sua maioria, de uma apologia aos elementos de uma “monarquia temperada”, uma espécie de um governo misto, capaz de abarcar os traços de diversos regimes políticos. Por certo, o grande defensor de uma “monarquia limitada” foi o pensador dominicano Tomás de Aquino¹⁷, que compreendia a política a partir da teleologia aristotélica e dos valores da teologia revelada. Na Idade Moderna, a palavra democracia possuía um significado pejorativo, atrelado à desordem e aos anseios de perversão da moralidade genuína. John Locke e Barão de Montesquieu demonstravam um grande entusiasmo para com as chamadas “monarquias constitucionais”, pautadas na legalidade e representatividade.

Durante o Iluminismo, dentre a maioria dos escritores, a democracia apresentava um sentido pejorativo. Voltaire, por exemplo, defendia uma “monarquia esclarecida” e possuía certo receio e aversão a um governo eminentemente popular. No processo revolucionário francês, alguns pensadores, como Thomas Paine e Maximilien de Robespierre, manifestavam um louvor para com os valores democráticos, utilizando, por conseguinte, uma visão positiva da democracia, mas tais autores não representavam a maioria dos escritores do período.

Na conjuntura iluminista, um pensador merece destaque para os estudos acerca da democracia. Trata-se de Jean-Jacques Rousseau, filósofo genebrino e um pensador vinculado ao republicanismo cívico. Com base no naturalismo contratual, o escritor supramencionado associou o regime democrático aos elementos da Vontade geral¹⁸, da soberania popular, da auto

¹⁷ “A maior expressão do pensamento político medieval é São Tomás de Aquino, dominicano italiano (1225-1274), que escreveu *Do Governo dos Príncipes*, obra em que, seguindo Aristóteles e Santo Agostinho, considera a monarquia a melhor forma de governo, mas não a monarquia absoluta dos Césares romanos e sim uma monarquia limitada pelo poder da Igreja, das cortes dos nobres, das universidades e das corporações de artes e ofícios (...). É a chamada monarquia temperada” (CICCO, Cláudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p.192).

¹⁸ A vontade geral encarna o interesse comum. “O interesse ou bem comum não significa somente de todos, nem da maioria, que pode ser constituída com base em interesses particulares (...) é o interesse de todos e de cada indivíduo, como componente do corpo político” (RUZZA, 2010, p. 78). Para Antonio Ruzza (2010, p. 79), a vontade geral encontra respaldos numa moral objetiva.

legislação, da legitimidade e do participativismo político. A afirmação da liberdade positiva¹⁹ como traço constitutivo da democracia foi eminente para a construção da semântica republicana, nitidamente contrária aos traços da “teoria do individualismo possessivo”²⁰ presente na corrente liberal. A liberdade como autolegislação, ou melhor, na qualidade autogoverno reside na afirmação segundo a qual ser livre implica a submissão a uma lei da qual o indivíduo se enxerga como seu autor, ou melhor, como um membro do corpo coletivo que participou do seu processo de elaboração. Com Rousseau, a associação entre democracia e participação política adquire uma maior notoriedade.

[...] na versão de Rousseau, a ideia de autogoverno é apresentada como um fim em si mesmo; segundo ele, uma ordem política que oferece oportunidades para a participação na elaboração dos negócios públicos não deveria apenas ser um Estado, mas um novo tipo de sociedade. (HELD, 1987, p. 68)

Além de Rousseau, Tocqueville²¹ foi um pensador importante para as reflexões acerca da democracia. Em sua obra *A Democracia na América*, o pensador francês abordou a democracia como um fato social, como um tipo de sociedade, caracterizado, essencialmente, pelas crescentes pulsões em prol da igualdade. Por certo, o escritor supramencionado rejeitava o igualitarismo, mas demonstrava um otimismo em relação aos anseios por igualdade de oportunidades e possibilidades.

Apesar da ênfase, empreendida por alguns pensadores, ao caráter positivo da democracia, o abandono majoritário de uma visão pejorativa em relação ao anseio democrático tornou-se notável tão somente no período posterior aos eventos da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o historiador Robert Roswell Palmer²² afirma que uma visão otimista dos projetos democráticos cresceu após a derrocada do nazifascismo e se tornou um instrumento poderoso na oposição ao regime soviético.

Um pensador contemporâneo importante para as reflexões acerca da democracia é Jürgen Habermas, cujas obras foram influenciadas pelo liberalismo constitucional de John

¹⁹ “Já a liberdade no sentido positivo é caracterizada pela autodeterminação, ou seja, pela disposição do agente de ser senhor de si mesmo e de estabelecer a norma de sua própria ação. Ela não designa a ausência de algo (liberdade de), mas a presença de um atributo específico do querer (liberdade para), enfatizando a autonomia do agente e a sua capacidade de controle sobre suas ações. (BARROS, 2020, p. 13)

²⁰ A liberdade negativa apresenta uma ligação íntima com a “Teoria do Individualismo possessivo”, tese crucial para o liberalismo, visto que reforça a crença de que o indivíduo, bem como seus direitos, são anteriores à própria sociedade.

²¹ Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da Democracia na América*. Tradução de Carlos Monteiro de Oliveira e revisão científica de Livia Franco. Cascais: Princípia, 2001. O filósofo francês Tocqueville considerava que o traço distinguível da democracia era a pulsão pela igualdade (igualdade de possibilidades e oportunidades).

²² Cf. PALMER, Robert Roswell. Notes on the Use of the Word “Democracy” 1789-1799. *Political Science Quarterly*, v. 68, n. 2, p. 203-226, 1953.

Rawls e pelas ideias de Ludwig Wittgenstein. Habermas desenvolveu a “teoria do agir comunicativo”, que destaca a possibilidade emancipatória da razão no contexto de intersubjetividade dialógica. Para ele, democracia tipifica a fonte pós-metafísica de legitimação da ordem jurídica. O autor em questão defende a chamada “democracia deliberativa”.

[...] é possível desenvolver a ideia do Estado de Direito com o auxílio de princípios segundo os quais o direito legítimo é produzido a partir do poder comunicativo e este último é novamente transformado em poder administrativo pelo caminho do direito legitimamente normatizado. (HABERMAS, 2010, p. 212)

Embora alguns filósofos apresentem uma concepção complexa de democracia, como o próprio Habermas, o pensador Joseph Schumpeter se aproxima de uma noção democrática minimalista, caracterizando a democracia como “o governo dos políticos”, uma simples técnica de escolha dos representantes, “um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”. (SCHUMPETER, 1961, pp.327-328).

A democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição. (SCHUMPETER, 1961, pp.295-296)

Em contraposição ao ideal de Schumpeter, as teses de Robert Dahl²³ adquirem notoriedade, sobretudo, por expressarem uma defesa do “modelo pluralista de democracia”²⁴. Ao criticar a “Teoria das Elites”²⁵, Dahl afirma que há uma incapacidade de atestar empiricamente a existência de uma única elite governante, bem definida e homogênea, que exerça um domínio explícito dentro de um regime democrático. “Para o autor, as democracias modernas são formadas por várias minorias concorrentes entre si, e no mínimo, cada uma dessas minorias tem alguma influência sobre as questões que lhe interessam” (PEREIRA, 2014, p. 04). Ademais, o autor em questão destaca o participativismo político como um elemento imprescindível para o aperfeiçoamento moral dos cidadãos, ressaltando, assim, a eminência do chamado princípio da autonomia.

²³ Acerca de Robert Dahl, Norberto Bobbio comenta: “é um dos mais convencidos teóricos e ideólogos do pluralismo” (BOBBIO, 2007, p.931). Ademais, atesta o autor supramencionado sobre a teoria de Dahl “o axioma fundamental de um sistema pluralista consiste no fato de que em vez de um único centro de poder soberano, é necessário que haja muitos centros, dos quais nenhum possa ser inteiramente soberano” (BOBBIO, 2007, p.931).

²⁴ “Porque parte da pressuposição de que a sociedade a que se deve ajustar um sistema político democrático é uma sociedade plural, isto é, uma sociedade consistindo de indivíduos, cada um dos quais é impelido a muitas direções por seus muitos interesses, ora associado com um grupo de companheiros, ora com outros” (MACPHERSON, 1978, p.81)

²⁵ A teoria das elites é concepção segundo a qual “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. (BOBBIO, 2007, p.385).

Desse modo, Dahl sustenta que não apenas a participação democrática é afim ao desenvolvimento moral, recolocando na teoria democrática um elemento ausente desde Schumpeter, como deduz desse princípio uma crítica ao elitismo. Para ele, o princípio da autonomia moral traz, enquanto decorrência, a constatação de que todos os indivíduos são suficientemente qualificados para participar das decisões coletivas de uma associação que afete significativamente os seus interesses. O princípio da autonomia moral implica, portanto, o rompimento com a visão schumpeteriana. (AVRITZER, 2012, p.117)

No tocante aos estudos acerca da democracia, outro conceito importante desenvolvido por Dahl reside na chamada “Poliarquia”, que procura explicitar as condições necessárias e favoráveis para o desenvolvimento dos valores democráticos, destacando a poliarquia como um governo de múltiplas minorias²⁶. O autor sustenta que o conceito supracitado é adequado para uma investigação das democracias²⁷ reais, analisando aspectos fáticos, os traços nítidos dos regimes democráticos existentes e, por fim, apresentar uma descrição coerente dos instrumentos e das medidas necessárias para o aperfeiçoamento dos governos comprometidos com a liberdade política e com o participativismo dos cidadãos. Os critérios indispensáveis²⁸ para que um regime possa ser qualificado como democrático são: participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, exercício do controle definitivo do planejamento e inclusão de adultos. Na compreensão de Dahl, a igualdade política é algo inerente ao próprio modelo democrático e, por certo, representa seu sustentáculo.

A teoria de Dahl define “poliarquia” como a competição relativamente aberta de elites políticas por meio de disputas eleitorais periódicas, num sistema em que há uma pluralidade de forças, organizações e formas de influências políticas sobre a tomada de decisões. Noutras palavras, a poliarquia pode ser entendida como um sistema político em que uma pluralidade de organizações competem pela influência e, especificamente, em que os eleitores – cidadãos adultos considerados politicamente iguais – podem escolher entre vários partidos em eleições. A existência de diversos grupos ou diversas minorias garante o caráter poliárquico desse regime. A teoria dahlsiana entende que para um governo ser classificado como democrático, ele precisa satisfazer pelo menos cinco critérios: “participação efetiva”, “igualdade de voto”, “aquisição de entendimento esclarecido”, “exercício do controle definitivo do planejamento”, “inclusão de adultos” (...) o governo democrático só se justifica com

²⁶ “Se há algo a ser dito pelos processos que efetivamente distinguem ou diferenciam democracia (ou poliarquia) de ditadura, ele não será descoberto na nítida distinção entre governo pela maioria e governo por uma minoria. A distinção aproxima-se muito mais de ser entre governo por uma minoria e governo por minorias. Em comparação com os processos políticos das ditaduras, as características da poliarquia aumentam muito o número, tamanho e diversidade de minorias, cujas preferências influenciarão o resultado das decisões governamentais. [...] São nestes e em outros efeitos, mais do que na soberania da maioria, que encontramos os valores do processo democrático”. (DAHL, 1989, p.132. Grifos do autor).

²⁷ Um traço importante da democracia contemporânea reside no destaque atribuído aos processos de conquista e afirmação dos direitos. Cf. MARSHALL, Thomas Humphrey. “*Cidadania, classe social e status*”. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

²⁸ “A poliarquia plena é uma ordem política do século XX e que se distingue de outros regimes – antigos ou contemporâneos – pela presença de pelo menos sete instituições indispensáveis: (1) Funcionários eleitos; (2) Eleições livres e justas; (3) Sufrágio Inclusivo; (4) Direito de concorrer a cargos eletivos; (5) Liberdade de expressão; (6) Informação alternativa; (7) Autonomia associativa. De acordo com o autor, todas essas instituições devem existir para que um sistema possa ser classificado como poliárquico. Todas elas são indispensáveis para a consecução mais viável possível do processo democrático no governo de um país.” (PEREIRA, 2014, p. 13).

base no pressuposto de que todos os cidadãos são, de modo geral, igualmente qualificados para participar na tomada das decisões políticas. (PEREIRA, 2014, pp. 11-12)

Diante do exposto, embora não seja possível apresentar uma definição exaustiva e categórica de democracia, pode-se destacar traços e elementos que envolvem um ideal democrático, ou melhor, um projeto de democracia, quais sejam: a busca pela igualdade, o participativismo político, o autogoverno, a legalidade, a legitimidade e o apreço pela afirmação dos direitos fundamentais. Em vista disso, abordaremos a concepção de democracia em Pierre Lévy.

Para Lévy, “a ideia de democracia pressupõe que todas as pessoas possam decidir em conjunto as regras e as grandes orientações que dizem respeito a todos, não deixando que uma minoria determine as regras e acabem se beneficiando” (SANTOS, 2013, p.47). Nesse sentido, afirma o autor em relação a democracia, “é um regime político no qual o direito se aplica igualmente da mesma maneira” (LÉVY, 2003, p. 79). Ao analisar o papel das comunidades virtuais, o “desprendimento do aqui e agora” associado à virtualização e o desenvolvimento do ciberespaço, Lévy afirma que o projeto de inteligência coletiva e a cibercultura potencializam os ideais modernos de autogoverno, liberdade civil e emancipação.

O ciberespaço propõe uma liberdade de expressão e de navegação, na esfera informacional, infinitamente maior do que todas as outras mídias anteriores e, simultaneamente, uma ferramenta sem precedente de inteligência coletiva. Entramos então numa época em que democracia e o ciberespaço vão gerar-se mutuamente. (LÉVY, 2003, p. 32)

Apesar da grande ênfase no potencial emancipatório do ciberespaço, Lévy não é ingênuo e reconhece as possibilidades de dominação²⁹, mas nem por isso desqualifica os inúmeros benefícios que podem ser usufruídos com o aperfeiçoamento prudentes dos dispositivos comunicacionais e informacionais. O autor reconhece que a tendência espontânea da expansão do ciberespaço é o aumento da capacidade de controle estratégico das estruturas tradicionais de poder sobre a complexidade das redes tecnológicas e econômicas. Não obstante, para Lévy, outra dimensão do processo de interconexão mundial dos computadores é o favorecimento de políticas voluntaristas em prol do bem comum e dos interesses das regiões desfavorecidas,

²⁹ “A escolha não é entre a nostalgia de um real datado e um virtual ameaçador ou excitante, mas entre diferentes concepções do virtual. A alternativa é simples. Ou o ciberespaço reproduzirá o midiático, o espetacular, o consumo de informação mercantil e a exclusão numa escala ainda mais gigantesca que hoje (...) ou acompanhamos as tendências mais positivas da evolução em curso e criamos um projeto de civilização centrado sobre os coletivos inteligentes: recriação do vínculo social mediante trocas de saber, reconhecimento, escuta e valorização das singularidades, democracia mais direta, mais participativa, enriquecimento das vidas individuais, invenção de formas novas de cooperação aberta para resolver os terríveis problemas que a humanidade deve enfrentar, disposição das infraestruturas informáticas e culturais da inteligência coletiva” (LÉVY, 1996, p. 118)

principalmente, pela colaboração contínua e coletiva das competências pessoais, da sinergia dos conhecimentos humanos e da troca de saberes. Diante disso, ao enfatizar o potencial emancipatório do ciberespaço, enquanto suporte e mediador da inteligência coletiva, o pensador se distancia das perspectivas fatalistas, as quais enxergam na “indústria unificada da multimídia”³⁰ o único aspecto da revolução digital.

A fusão das telecomunicações, da informática, da imprensa, da edição, da televisão, do cinema e dos jogos eletrônicos em uma indústria unificada da multimídia é o aspecto da revolução digital que os jornalistas mais enfatizam. Mas não é o único, nem talvez o mais importante. Além de certas repercussões comerciais, parece-nos urgente destacar os grandes aspectos civilizatórios ligados ao surgimento da multimídia: novas estruturas de comunicação, de regulação e de cooperação, linguagens e técnicas intelectuais inéditas, modificação das relações de tempo e espaço. A forma e o conteúdo do ciberespaço ainda são especialmente indeterminados. Não existe nenhum determinismo tecnológico ou econômico simples em relação a esse assunto (...) Não se trata apenas de raciocinar em termos de impacto (...), mas também em termos de projeto. (LÉVY, 2015, p. 11)

O projeto da inteligência coletiva representa, sobretudo, um projeto de valorização das qualidades humanas e de mobilização contínua das competências para o aperfeiçoamento dos métodos de resolução de problemas mediante o voluntarismo, o cooperativismo, o pluralismo e a ampliação do participativismo na vida social, favorecimento, assim, os valores de autonomia. Em vista disso, atesta Lévy (2015, p. 58): “O ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista (...) de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas. (...)”. Diante disso, a democracia virtual, que se desenvolve associada aos elementos da inteligência coletiva no ciberespaço, apresenta dois traços cruciais, quais sejam: o tratamento cooperativo das dificuldades e a socialização das resoluções de problemas.

Segue-se, portanto, que o ciberespaço possui potencialidades para fomentar uma democracia direta e participativa em larga escala. Nesse sentido, Lévy enxerga na democracia não um regime político pautado tão somente no voto e na eleição de representantes, mas sim fundamentado, principalmente, na participação popular na vida da cidade. Desse modo, a interconexão mundial de computadores, centrada na formação de comunidades virtuais e na cooperação em tempo real, facilitaria um projeto de liberdade comum, pois colaboraria com um dos traços democráticos indispensáveis: o envolvimento ativo dos indivíduos em questões concernentes aos aspectos comunitários. Deve-se reconhecer aqui certo otimismo de Lévy em relação ao potencial emancipatório dos dispositivos comunicacionais e informacionais no

³⁰ Conforme atesta em Lévy em “Cibercultura”, a grande novidade não reside na multimídia, mas na unimídia multimodal.

favorecimento dos valores de liberdade enquanto autonomia e dos princípios eminentemente republicanos, como a cidadania ativa. Nesse sentido, afirma o autor:

Já um dispositivo de democracia direta em tempo real, no ciberespaço permitiria a cada um contribuir de maneira contínua para a elaboração e o aperfeiçoamento dos problemas comuns, para a abertura de novas questões, para a formulação de argumentos, para enunciar e adotar posições independentes umas das outras sobre grande variedade de temas. Os cidadãos desenhariam juntos uma paisagem política qualitativamente tão variada quanto quisessem, sem ficar limitados de saída por grandes separações molares entre partidos. (LÉVY, 2015, p. 63)

Em vista disso, o ciberespaço acaba por suprir as debilidades e fragilidades da democracia representativa, pois oferece aos coletivos inteligentes os mecanismos de integração e as ferramentas para a formação e divulgação de discursos plurais. Aqui cabe uma ponderação eminente proposta pelo autor. O coletivo inteligente, que não pode ser compreendido enquanto uma massa uniforme e passiva, tipifica uma figura crucial na nova dinâmica democrática. O traço distintivo dos chamados “coletivos inteligentes” reside numa espécie de “afastamento” em relação aos poderes territoriais, centralizadores e definidos, possibilitando um exercício de escuta contínua³¹, uma abertura ao mundo, uma circularidade criadora. Ademais, para o pensador, a democracia em tempo real potencializa a responsabilidade dos cidadãos, visto que está continuamente favorecendo um processo de tomada de decisões por parte dos indivíduos, os quais devem ser responsabilizados pelas consequências de suas atitudes e propostas. A expansão da democracia é, na realidade, o progresso da responsabilidade pelas próprias posturas e iniciativas. Para maximizar a autodeterminação, valor indispensável para o exercício efetivo da cidadania, um dos objetivos da democracia em tempo real consiste no estímulo à transparência de ideias, projetos, recursos e competências. Nesse sentido, afirma Pierre Lévy:

Um dos objetivos da democracia em tempo real é instaurar o mercado mais transparente possível de ideias, argumentos, projetos, iniciativas, especialidades e recursos a fim de permitir que as conexões pertinentes se estabeleçam o mais rápido possível e ao mais baixo custo (...) a cidade inteligente favorece em seu interior o direcionamento fino das reações e processos moleculares. Valoriza tanto quanto possível as qualidades humanas que a fazem viver. (LÉVY, 2015, p. 70)

De acordo com o autor, o tempo real da inteligência coletiva, em seu modo de ação, acaba por efetivar uma sincronização da intensidade de pensamento, de aprendizado e de vida. Por certo, a temporalidade associada ao processo de constituição e formação dos coletivos inteligentes é lenta, gradual e exige, por conseguinte, um amadurecimento em prol da

³¹ “A escuta consiste em fazer emergir, em tornar visível ou audível, a miríade de ideias, argumentos, fatos, avaliações, invenções, relações que constituem o social real, a massa do social, em sua mais profunda obscuridade: projetos, competências específicas, modos originais de relação ou de contratualização, experimentos organizacionais (...) Além disso, a escuta plena implica uma fase de retomada, de retorno ou de ricochete, supõe um diálogo (...) os dispositivos de escuta do coletivo são para a democracia em tempo real o que o microscópio de tunelamento é para as nanotecnologias” (LÉVY, 2015, p. 67)

cooperação. Não obstante, quando constituída, a inteligência coletiva age de forma rápida, em prol de um desprendimento do aqui e agora. A técnica, a linguagem e o exercício do pensamento são potencialmente aceleradores e, conforme destacado anteriormente, estão intimamente relacionadas com o fenômeno da virtualização. Com isso, os traços de colaboração, de cooperação e de mobilização contínua das competências afastam a democracia em tempo real da demagogia do direito e dos efeitos de massa imediatos. A *ágora* virtual, por assim dizer, é um instrumento do participativismo e da promoção da deliberação em prol de consensos, da decisão coletiva no presente e da reflexão sobre as leis e diretrizes normativas.

A democracia é por excelência o regime político do “presente para um futuro”, por oposição a um presente fixo, dominado por um passado ou por uma transcendência (heteronomia). A expressão “democracia em tempo real” é, portanto, pleonástica, uma vez que a democracia visa por essência a decisão coletiva no presente e a permanente reavaliação das leis. Mais uma vez, se hoje só recorremos à deliberação e à decisão do cidadão de tempos em tempos, isso não decorre dos princípios da democracia. A delegação periodicamente renovada é um paliativo, na impossibilidade de dar vida a uma inteligência coletiva ininterrupta. Uma vez que as *ágoras* virtuais poderiam abrir espaços de comunicação, de negociação, de surgimento de uma fala coletiva e de decisão em tempo real, existem cada vez menos argumentos “técnicos” para perpetuar o despotismo fragmentado que constitui a delegação. (LÉVY, 2015, p. 73)

Em vista disso, ao possibilitar a comunicação da comunidade consigo mesma, isto é, o conhecimento de si do coletivo, e favorecer a maximização das qualidades humanas, os coletivos inteligentes se afastam das ideias totalitaristas e da universalidade associada à totalidade. Em última instância, fazendo referência ao pensamento de Leibniz, a inteligência coletiva, crucial para a democracia em tempo real, é uma “Monadologia sem Deus”. A dinamização dos coletivos inteligentes representa a amplificação das potências populares, a exaltação das singularidades, uma harmonia na pluralidade e a intensificação do aprendizado em conjunto³². Ademais, é premente distinguir as políticas e tecnologias molares das políticas e tecnologias moleculares. O primeiro grupo é constituído por tecnologias que enxergam os fenômenos a partir de uma mentalidade “massificadora” e homogênea, o segundo grupo é caracterizado pelo tratamento em prol da heterogeneidade, a harmonia e integração das microestruturas de seus objetos e os processos envolvidos. Os coletivos inteligentes estão vinculados às políticas moleculares³³. Desse modo, atesta o autor:

³² “A demodinâmica invoca uma política molecular. Ela surge do ciclo da escuta, da expressão, da avaliação, da organização, das conexões transversais e da visão emergente. Suscita a regulação em tempo real, o aprendizado coletivo contínuo, a valorização ótima das qualidades humanas e a exaltação das singularidades. A demodinâmica não se refere a um povo soberano, reificado, fetichizado, plantado em um território, identificado pelo solo ou pelo sangue, mas a um povo em potência, perpetuamente em vias de conhecer e de se fazer, em gestação, um povo do futuro” (LÉVY, 2015, p. 80).

³³ “Em oposição às tecnologias “molares”, que consideram as coisas no atacado, em massa, às cegas, de maneira entrópica, as tecnologias “moleculares” abordam de maneira bem precisa os objetos e os processos que elas

A inteligência coletiva não tem relação alguma com a insensatez das massas. Os pânicos e entusiasmos coletivos são fruto da propagação epidêmica de afetos e representações entre massas de indivíduos isolados. As pessoas que compõem uma multidão presa de pânico ou de entusiasmo não pensam juntas. Comunicam-se, mas no sentido mínimo de condução passiva e imediata de mensagens simples, sentimentos violentos e comportamentos reflexivos (...) Os coletivos inteligentes se contrapõem ponto a ponto à incoerência e à imediatez brutal dos movimentos de massa, sem por isso canalizar a comunidade em uma estrutura rígida. (LÉVY, 2015, pp. 74-75)

Diante dos fatos supracitados, percebe-se um otimismo de Pierre Lévy em relação aos potenciais emancipatórios do ciberespaço, sobretudo, na maximização e amplificação dos valores democráticos, a saber: o participativismo, a deliberação coletiva, a valorização das qualidades humanas e o autogoverno. Ademais, a democracia em tempo real potencializa o desejo por transparência no governo e nas grandes empresas, desejo associado aos ideais cidadãos de autonomia. O ciberespaço abriu oportunidades de todos falarem por si mesmos e da discussão coletiva sobre problemas importantes. Um outro pensador que compartilha do otimismo de Lévy é Peter Singer, autor australiano, conhecido pelas propostas reformistas de largo espectro, pelo caráter polêmico de suas opiniões e por sua vinculação ao utilitarismo preferencial. Em uma de suas reflexões, Singer afirma que fornecer acesso universal à internet tipifica uma das medidas cruciais para o pleno desenvolvimento, para o aperfeiçoamento moral e econômico das nações, representando uma das medidas primordiais para a atenuação das desigualdades econômicas e da pobreza. Diante disso, ressalta o escritor supramencionado:

A Internet está a ajudar as pessoas a compreenderem que não estão sozinhas e que podem aprender com as experiências alheias. Alargando a nossa perspectiva ainda mais, não é absurdo ter a esperança de que pôr os pobres do mundo online resultaria em ligações entre eles e as pessoas mais abastadas, conduzindo a mais ajuda. A investigação mostra que é mais provável que as pessoas façam doativos a instituições de caridade que combatem a fome se lhes for dada uma fotografia e lhes for dito o nome e a idade de uma pessoa como as que a instituição está a ajudar (...) No seu todo, contudo, é razoável esperar que dar às pessoas pobres acesso ao conhecimento, e dar-lhes a possibilidade de conectarem com pessoas em qualquer parte do mundo, será socialmente transformador, de um modo muito positivo. (SINGER, 2017, pp. 351-352).

Deve-se reconhecer aqui que o otimismo dos autores supramencionados e a “esperança” de Lévy no potencial emancipatório do ciberespaço ultrapassam, de certa forma, uma prudência nas análises de fato dos benefícios da integração digital e da interconexão mundial dos computadores. Embora Pierre Lévy afirme que sua visão não é ingênua, até que ponto é possível vislumbrar os benefícios tecnológicos na potencialização do espírito democrático? Será que a expansão do ciberespaço não acarretou, por outro lado, a extrapolação dos vícios, o

controlam. Afastam-se da massificação. Ultrarrápidas, bastante precisas, agindo na escala das microestruturas de seus objetos, da fusão fria à supracondutividade, das nanotecnologias à engenharia genética, as técnicas moleculares reduzem os desperdícios e as rejeições ao mínimo” (LÉVY, 2015, p. 46).

crescimento do individualismo exacerbado, a atomização social, a instrumentalização das relações humanas, a visão mercadológica dos fenômenos sociais, a autoexploração, a vigilância constante e a impessoalização? Várias autores se afastam do otimismo de Lévy. Guy Debord, Byung-Chul-Han, Shoshana Zuboff, Zygmunt Bauman e grande parte dos pensadores da Teoria Crítica enxergam na expansão tecnológica, vinculada a uma lógica instrumental, o fomento de novos problemas sociais, os quais, em última instância, diminuiriam a vivência genuína da liberdade e da emancipação. Não obstante, não constitui um dos objetivos do presente artigo a realização de uma contraposição às reflexões empreendidas por Pierre Lévy, mas é premente destacar que muitos pensadores são céticos em relação à influência crescente das redes digitais, da unimídia multimodal e do desenvolvimento tecnológico.

Por fim, resta destacar que os elogios de Lévy a uma democracia virtual, ou seja, a uma democracia em tempo real, encontram respaldos, sobretudo, no conceito de “inteligência coletiva”, que evoca uma noção de mobilização contínua das competências pessoais, de valorização das qualidades humanas e de sinergia em tempo real. O ciberespaço deve ser encarado como um suporte, um mediador essencial da formação de coletivos inteligentes. Transparência, deliberação coletiva e participativismo são os traços essenciais da democracia virtual, que possibilitam uma autodeterminação dos cidadãos. Portanto, enquanto um mediador da inteligência coletiva, uma das bases da democracia eletrônica, o ciberespaço é qualificado, na visão de Pierre Lévy, como a materialização técnica dos ideais modernos de emancipação e autonomia.

5. Conclusão

Para Pierre Lévy, o ciberespaço consiste no espaço comunicativo advindo da interconexão mundial de computadores, que engloba, em seu âmago, a infraestrutura material da comunicação digital, um universo oceânico de informações e, por fim, os indivíduos que dele participam. Por sua vez, a cibercultura se refere ao conjunto de práticas, valores e costumes que se desenvolveram com a expansão dos novos dispositivos comunicacionais e informacionais. Numa primeira análise, o autor se propõe a “desmistificar” algumas ideias equivocadas acerca do desenvolvimento tecnológico, tais como: a metáfora do impacto e a concepção segundo a qual a tecnologia representa um fator determinante da sociedade. Lévy acredita que o uso correto das ferramentas tecnológicas implica uma maximização do progresso qualitativo da vida social e dos valores democráticos. Além disso, o pensador é categórico na afirmação segundo a qual o ciberespaço simboliza a materialização técnica dos ideais modernos de emancipação.

O otimismo do escritor em relação aos potenciais benefícios dos dispositivos comunicacionais e dos novos espaços comunicativos advêm, sobretudo, da noção de “inteligência coletiva”, uma inteligência amplamente distribuída por todos os lugares, colocada em sinergia em tempo real, variada, constantemente valorizada, que acarreta uma mobilização efetiva das competências. Para Lévy, o ciberespaço se tornou o mediador essencial, o suporte efetivo da inteligência coletiva.

Ademais, a formação de coletivos inteligentes está na base da chamada “democracia virtual”, também conhecida como “democracia em tempo real”, que envolve, em suas dimensões fundamentais, o amplo desejo pela transparência por parte dos cidadãos, a deliberação coletiva, o participativismo, a comunicação da comunidade consigo mesma, a possibilidade de todos falarem por si mesmos, o autogoverno e, por fim, a valorização das qualidades humanas. Destarte, para Pierre Lévy, o ciberespaço representa um instrumento importante na amplificação de princípios democráticos elementares, ao passo que democracia virtual tipifica a maximização das potências populares na organização de novas esferas sociais e zonas coletivas de resolução de problemas. Com isso, o autor demonstra seu otimismo em relação às nuances da cibercultura e da expansão dos dispositivos comunicacionais, embora reforce a imprescindibilidade de uma crescente responsabilidade diante do desenvolvimento tecnológico.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. *A Moralidade da Democracia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BEMBEM, Angela Halen Claro; SANTOS, Plácida Leopoldina Amorim da Costa. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. *Perspectivas em Ciência da Informação (Online)*, v. 18, p. 139-151, 2013.
- BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de. *Liberdade Política*. São Paulo: Edições 70, 2020.
- BEUTLER, Dário Lissandro; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. As complexidades da cibercultura em Pierre Lévy e seus desdobramentos sobre a educação. In: *Workshop de Informática na Escola*, 2015, Maceió. Anais do XXI Workshop de Informática na Escola, 2015.
- BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. *O diálogo democrático: Alain Touraine, Norberto Bobbio e Robert Dahl*. Curitiba: Juruá, 2011.
- CICCO, Cláudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo (Orgs.). *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

- DUNN, John. *A história da democracia: Um ensaio sobre a libertação do povo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.
- HADOT, Pierre. *Elogio da filosofia antiga*. Tradução Flávio Fontenelle Loque e Loraine Oliveira. São Paulo: Loyola, 2012.
- HUITEMA, Christian. *Et Dieu crée l'Internet*. Paris: Eyrollers, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*. Tradução por Markus Hediger. Rio de Janeiro. RJ: Editora Contraponto, 2020.
- LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução por Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Tradução por Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha: Grandes nomes do pensamento; v. 16).
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGDALENO, Rafael Tubone. *Do direito democrático: instituições jurídico-políticas e imaginário da democracia ateniense*. Orientador: Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga. 174f. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Filosofia do Direito, São Paulo, 2018.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *"Cidadania, classe social e status"*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. Trad. de Paulo César Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- PALMER, Robert Roswell. Notes on the Use of the Word "Democracy" 1789-1799. *Political Science Quarterly*, v. 68, n. 2, p. 203-226, 1953.
- PEREIRA, Antônio Kevan Brandão. Teoria democrática contemporânea: as contribuições de Robert Dahl. *Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, v. 2, p. <http://olivadc.>, 2014.
- POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1987.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- SANTOS, Diego Fruscalso. *A invenção da Ciberdemocracia: o conceito de democracia na era do ciberespaço*. Orientador: Celso Candido de Azambuja. 2013. 85f. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, 2013.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVEIRA, Guaracy Carlos da. *O pensamento de Pierre Lévy: comunicação e tecnologia*. Curitiba, PR: Appris, 2019.

SINGER, Peter. *Ética no mundo real: 82 breves ensaios sobre coisas realmente importantes*. Tradução por Desidério Murcho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2017.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; NOTARGIACOMO, Pollyana Coelho da Silva . Ilusão e experiência: a virtualização no pensamento de Pierre Lévy. *Comunicação & Informação (UFG)*, Goiânia, v. 3, n.1, p. 181-196, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da Democracia na América*. Tradução de Carlos Monteiro de Oliveira e revisão científica de Livia Franco. Cascais: Princípia, 2001.